



V FÓRUM NACIONAL DE CLÍNICAS JURÍDICAS CHAMADA DE RESUMOS PARA AS SESSÕES TEMÁTICAS (ST)

A Comissão Organizadora do V Fórum Nacional de Clínicas Jurídicas, composta pela Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos da Unicap; Programa de Pós Graduação em Direito da UNICAP, professoras e professores da UNICAP, convida pesquisadores e pesquisadoras, a comunidade atuante nas clínicas jurídicas, por meio de seus integrantes, coordenadores e coordenadoras, para submeterem propostas de resumos para apresentação nas Sessões Temáticas (STs) do evento que ocorrerá virtualmente, no período de 08 a 10 de Setembro de 2021, pela Universidade Católica de Pernambuco.

Sobre as Sessões Temáticas:

As Sessões Temáticas têm por objetivo estimular a apresentação e o debate sobre temas relevantes ao ensino clínico e às experiências das diversas clínicas jurídicas atuantes no país. Cada ST constante do Anexo a esta chamada receberá até 10(dez) propostas de resumos, cabendo às coordenadoras e coordenadores das STs selecionar os trabalhos que serão debatidos na respectiva sessão, bem como promover o diálogo entre estes, a articulação e a construção de pontes entre os participantes e a produção de considerações propositivas que busquem fortalecer as experiências relatadas.

Incentivamos a apresentação de resumos sobre temas atinentes às atividades práticas e teóricas do cotidiano de trabalho das Clínicas Jurídicas, expressando ao máximo as múltiplas possibilidades de atuação, seus limites, potências e desafios. Ainda, diante da multiplicidade de experiências e modelos de clínica no país, incentivamos a proposta de resumos de grupos que atuem em diálogo com o modelo clínico, como projetos de extensão, escritórios modelo, disciplinas curriculares, grupos de pesquisa e outras formas de trabalho e institucionalização.

REGRAS PARA A SUBMISSÃO

1. Serão aceitos resumos de trabalhos que abordem temas relacionados à atuação das clínicas jurídicas, para apresentação oral em ST do Fórum dentre as 08(Oito) Sessões Temáticas Previstas.
2. Os trabalhos podem ser apresentados por estudantes de graduação, pós graduação, pesquisadores e professores.
3. Os resumos submetidos poderão ser escritos em coautoria. Um dos autores deverá ser indicado como autor principal, que será responsável por manter a comunicação com a coordenação do ST e por apresentar o trabalho no evento.
4. É possível submeter a diferentes STs como co-autor, porém, cada autor poderá figurar como autor principal em apenas um trabalho, de forma a viabilizar apresentações simultâneas caso mais de um trabalho seja aprovado. As datas e horários das STs estão relacionadas no anexo, e estas devem ser observadas para evitar o conflito no horário das apresentações.
5. Os resumos devem ser submetidos até o dia **19 de Julho**, através do simultâneo envio da proposta para o e-mail da organização do evento, (vforumclnicasjur@gmail.com) ; e o e-mail do/a coordenador/a do ST de interesse (Vide Anexo). As propostas que não forem enviadas para ambos os e-mails serão desconsideradas para fins de apresentação. Aquelas STs que possuírem mais de um/a coordenador/a e houver mais de um e-mail apontado no anexo, requerem o envio da proposta para todos e-mails apontados.
6. As submissões devem ocorrer com o seguinte modelo de título: “Resumos – Submissão - ST __ (nome da ST) __”, no espaço que consta “nome da ST” deve haver a indicação da ST escolhida entre aquelas constantes do Anexo desta chamada.
7. Todos os participantes do evento devem estar inscritos, aqueles que irão apresentar resumos, só poderão participar das sessões mediante a inscrição no evento, que ocorrerá através do Sympla. Segue link de acesso à página de inscrição. https://www.sympla.com.br/v-forum-nacional-de--clinicas-juridicas_1267922
8. Os resumos devem apresentar até 500 palavras.
9. As coordenadoras e coordenadores das STs avaliarão os resumos submetidos à

sua sessão e decidirão pela aprovação ou reprovação.

10. Dependendo do número de resumos recebidos e aceitos, a coordenação do evento poderá decidir pela sua fusão com outra ST ou cancelamento. Caso a ST seja cancelada, os resumos poderão ser direcionados a outra ST.

11. A lista de resumos aprovados será divulgada na página da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos da Unicap (Link: <https://portal.unicap.br/cidh>), além do Instagram (@cidh.unicap); e Facebook.

12. Os autores selecionados deverão apresentar, até dia **19 de Agosto**, um resumo expandido de até 5 páginas, com o conteúdo básico de sua apresentação. A apresentação na ST ficará condicionada ao envio desse documento, que deve ser submetido tanto ao e-mail da organização do evento (vforumclnicasjur@gmail.com) quanto ao do/a Coordenador/a responsável pela ST escolhida, devendo o título do e-mail seguir o seguinte modelo “Resumo Expandido - Nome da ST - Nome do autor principal”

13. A Comissão Organizadora resolverá os casos omissos e complementares às regras acima.

Mais esclarecimentos podem ser solicitados por meio do e-mail

vforumclnicasjur@gmail.com.

Comissão organizadora

V Fórum Nacional de Clínicas Jurídicas

ANEXO

LISTA DE SESSÕES TEMÁTICAS

ST 1 - Qual o Papel e o Lugar das Clínicas na Educação Jurídica no Brasil?

Data: 09/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: linara@unifap.br

Ementa: Esta sessão temática objetiva receber trabalhos que tragam reflexões sobre os espaços clínicos na educação jurídica no Brasil. No país, a história da aplicação do método clínico na educação jurídica começa com as Clínicas de Direitos Humanos. No entanto, passada mais de uma década da institucionalização das primeiras clínicas, hoje, sobretudo após a Resolução CNE/CES n. 5/2018, novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (DCNs), o contexto é bem diverso e existem clínicas temáticas, mas também existem clínicas mais generalistas. Em 2018, foi a primeira vez que uma DCN para a graduação em Direito trouxe a palavra “clínica” em seu bojo e, a partir disso, sugeriram vários questionamentos, tais como: Curricularizar as clínicas como extensão? Curricularizar como prática jurídica? Quais os impactos das diversas formas de institucionalização das clínicas nos cursos de Direito no Brasil? Que mecanismos de institucionalização são mais porosos e aderentes ao método clínico? Como se propor uma institucionalização transdisciplinar? Refletir para poder agir acerca da implantação e institucionalização de clínicas tornou-se mais imperioso que antes. Acreditamos que respostas apressadas podem desvirtuar os eixos fundamentais do método clínico (autonomia estudantil, articulação da teoria e prática, interação entre ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade e justiça social (LAPA, 2021)) e provocar uma popularização duvidosa do método. Assim, a ideia é aproveitar esse espaço de debate para receber relatos de experiências ou pesquisas (concluídas ou em andamento) que venham somar ao movimento de pensar cuidadosamente qual o papel e o lugar de uma clínica na educação jurídica.

Coordenação:

Linara Oeiras Assunção

Letícia Soares Peixoto Aleixo

ST 2 - O Trabalho Das Clínicas De Direitos Humanos como Pontes para a Parceria na Integração Dos Migrantes.

Data: 10/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: vanessa.pedroso@unicap.br

Ementa: O IBGE, em recente projeção, divulgou que até 2022 devem chegar ao Brasil cerca de 79 mil imigrantes provenientes da vizinha Venezuela (G1-Economia). O ingresso desses imigrantes em solo brasileiro reclama rigor redobrado que se sustenta em um planejamento fundamentado em esforços de diferentes políticas públicas cujos objetivos respaldem-se na garantia de direitos

fundamentais, a exemplo do direito à educação fundamental, a saúde e ao trabalho dentre outros. Ao mesmo tempo revela-se como vertente ponderada os aspectos relativos à dimensão do impacto econômico que deverá ser assimilado pelos cofres públicos, voltados à concretização dos aludidos direitos fundamentais, direcionados ao referido grupo que se pretende inserir no contexto social nacional, eis que ao Estado brasileiro resta oferecer, aos cidadãos estrangeiros, agraciados pela medida de acolhida humanitária, tratamento igualitário reservados aos seus nacionais.

Desse complexo relacionamento entre, Estado, migrante, educação, saúde, trabalho e políticas públicas emerge a necessidade das Clínicas de Direitos Humanos no intuito de, inicialmente, compreender as dificuldades e vulnerabilidades do imigrante e, posteriormente, estabelecer pontes entre os agentes ora garantidores, ora sujeitos de direitos. Para tanto, tem-se a proposta desta mesa de diálogos no sentido de mais que dialogar, ou seja, no sentido de criar pontes entre o poder público, as sociedades civis e o setor econômico no intuito de dignificar o imigrante que aporta o estado pernambucano.

Coordenação:

Vanessa Alexandra de Melo Pedroso
Manoel Severino Moraes de Almeida

ST 3 - Desafios à implementação de Clínicas Jurídicas em Instituições Privadas:

Data: 09/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: geisa.rodriques@mackenzie.br

Ementa: A presente sessão se insere no eixo temático referente à implementação de clínicas jurídicas na esfera acadêmica nacional. Tem como objetivo debater os desafios enfrentados à institucionalização deste modelo em universidades privadas, de modo a ensejar um mapeamento dos problemas comuns e apontar caminhos de superação. A adoção da metodologia clínica em instituições privadas tem um grande potencial de favorecer significativa população de estudantes e de beneficiários das clínicas, em virtude da ampla participação de instituições privadas no ensino jurídico nacional. Mas a dinâmica dessas instituições de ensino impõe desafios muito singulares, que demandam reflexão específica. O debate setorial, seguramente, atrairá os acadêmicos de instituições privadas que já desenvolvem trabalho clínico ou aqueles que tenham interesse em desenvolvê-lo, permitindo também, a troca de experiências, o conhecimento de boas práticas, dos resultados e parâmetros de atuação.

Coordenação:

Geisa de Assis Rodrigues

ST 4 - Metodologias Clínicas de Ensino em Direito: Entre Impactos Pedagógicos e Sociais.

Data: 09/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: luannatomaz@ufpa.br e taysa_sc@hotmail.com

Ementa: É fato que a ruptura com o modelo tradicional de ensino do direito e a potencialização do papel das universidades na promoção de justiça social via ensino-pesquisa-extensão encontra nas metodologias experienciais das clínicas jurídicas um potente instrumento. Seja pela via da formação crítica, seja pela concretização de direitos. A questão é saber qual a extensão ou alcance desses impactos. E mais: como podemos mensurá-los de modo a qualificar a atuação das clínicas jurídicas. Nesse contexto, a presente ST tem por objetivo receber trabalhos que discutam os impactos tanto i) pedagógicos quanto ii) sociais do ensino clínico. Em outras palavras, trabalhos que analisem em que medida as inovações metodológicas transcontinentais no ensino clínico do Direito se configuram instrumentos realmente capazes de, por um lado, aportar uma prática jurídica crítica ao corpo discente (por meio do desenvolvimento de hard/soft skills, por exemplo) e, por outro lado, impactar positivamente a sociedade via concretização de direitos fundamentais. Diante disso, a ST privilegiará trabalhos que analisem diferentes práticas que constituem a atuação da clínica jurídica, a partir de parâmetros como formas de regulação e institucionalização, diferentes metodologias e estratégias, e, sobretudo, a qualidade da participação docente/discente/social, bem como os resultados alcançados.

Coordenação:

Taysa Schiocchet

Luanna Tomaz de Souza

ST 5 - Educação Em (Para Os) Direitos Humanos na Infância e Adolescência

Data: 10/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: lleidens@gmail.com

Ementa: O compartilhamento de formas distintas para transpor o ensino e aprendizagem jurídico aparece pela necessidade social de enfrentar complexidades e romper com determinantes comuns, que de certa forma, nos levam a lugares reflexivos já conhecidos. O estudo dos direitos humanos requer uma pré-disposição aberta, compartilhada e vinculada com a realidade social para uma formação crítica, que apresente soluções e contribua para a promoção de uma vida com dignidade. Propõe-se apresentar experiências de campo, reverberada pelos projetos de extensão -Desenvolvendo: cultura dos direitos humanos na infância e adolescência- e Educação em Direitos humanos para Juventude, redimensionado no contexto da pandemia COVID-19, a fim de estimular e incentivar práticas extensionistas para a alternância da cultura dos direitos humanos, principalmente com o público infanto-juvenil e pensar como elas serão utilizadas com o marcador pandêmico. Busca-se narrativas de partes integrantes de projetos, que dividem os processos de criação, desenvolvimento e dificuldades no cenário que experimentamos, a partir de uma metodologia qualitativa e avaliativa, já que englobam debates profundos e complexos em si mesmo, o que contrapõe um momento econômico-político em que os direitos humanos estão sendo renegados. A importância foi ampliada no cenário da pandemia COVID-19, vez que a pauta dos direitos humanos foi expandida com um viés mais amplo que unicamente sanitário, o que contribuirá aos fatores de impacto da acessibilidade, disseminação de informações e conteúdos e acesso à saúde, se consolidando nas trocas de experiências e acolhimento de crianças, adolescentes e seus familiares.

Coordenação:

Letícia Virginia Leidens

Patricia Grazziotin Noschang

ST 6 – Clínica Jurídica como instrumento de Advocacy: Impactos em Políticas Públicas Municipal e Federal

Data: 09/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: michellebalbino@hotmail.com

Ementa: A sessão tem por objetivo discutir como o papel desempenhado pelas Clínicas Jurídicas em termos de advocacy e/ou amicus curiae em diferentes esferas do Poder Público (federal, estadual ou municipal) para auxílio de terceiros. A atuação por meio de advocacy busca auxiliar na definição de estratégias para modificar uma política pública em nome de uma causa, enquanto a atuação como amicus curiae (amigo da corte ou amigo do tribunal), na modalidade de terceiro diretamente interessado em uma questão jurídica, se justifica para auxiliar o papel do julgador, contribuindo para o incremento da qualidade das decisões judiciais e/ou administrativas. Na presente sessão pretende-se analisar os resultados alcançados pela atuação das Clínicas Jurídicas, destacando-se as estratégias em termos de proposição ou redefinição de políticas públicas, além da verificação de ações que contribuíram para uma melhor compreensão de certas matérias, resultando em decisões judiciais e/ou administrativas com maior qualidade jurídica e impacto positivo na sociedade. A temática de atuação e a composição de estratégias para a efetivação da atuação de Clínicas Jurídicas em advocacy e/ou amicus curiae possui fundamental importância como elemento difusor de reflexões acerca de procedimentos que viabilizem a execução das atividades e futuras atuações por outras Clínicas Jurídicas.

Coordenação:

Michelle Lucas Balbino

Leonardo Vieira Arruda Achtschin

ST 7 - Diálogos Interinstitucionais e Direito Humanos

Data: 10/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: dani_coelho04@hotmail.com e luciana.silva@uesb.edu.br

Ementa: O objetivo da presente sessão temática é debater experiências teóricas e práticas na tutela de direitos humanos a partir do ensino, pesquisa e extensão com fulcro na colaboração entre instituições. A construção teórica e as intervenções práticas na seara dos direitos humanos vêm exigindo a integração de saberes e experiências com base em uma visão multifocal que se traduz tanto na necessidade da multidisciplinariedade como também no diálogo interinstitucional com vistas à prevenção e combate de violações. Nesse sentido, as Clínicas Jurídicas e demais entidades que atuam no campo dos direitos humanos vêm construindo parcerias acadêmicas entre si e, também, com o Estado, ONGs, organismos internacionais e movimentos sociais. Esta sessão é relevante na medida em que visa fortalecer as parcerias firmadas em nome dos Direitos Humanos por meio do intercâmbio de práticas colaborativas.

Coordenação:

Luciana Santos Silva

Danielle Coelho Silva

ST 8 - A Importância das Metodologias do Ensino Clínico na Formação Discente.

Data: 10/09/2021 - 14h às 18h

E-mail: regina.jorgeti@gmail.com

Ementa: A presente sessão se insere no eixo temático referente às metodologias do ensino jurídico. Tem como objetivo discutir a proposta metodológica das clínicas jurídicas de forma a capacitar melhor os alunos através do estudo de casos reais de pessoas que necessitam de orientação jurídica, utilizando abordagens de ensino e pesquisa diferentes das tradicionais. A metodologia clínica deve envolver o desenvolvimento de atividades e dinâmicas autônomas, o aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal, o trabalho em equipe, protagonismo estudantil, pesquisa e, conseqüentemente, o estudo de várias disciplinas, habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, proporcionando a troca de experiências entre discentes, egressos e docentes. A temática proposta pode ensejar um profícuo debate sobre a capacitação abrangente e eficaz dos alunos, resultando em uma maior visibilidade às diversas iniciativas clínicas que atuam neste formato, assim como identificar as ferramentas metodológicas empregadas na modalidade clínica e seus desdobramentos positivos (externos e internos).

Coordenação:

Lourdes Regina Jorgeti